

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO
ESCOLAR – UM ENFOQUE NO PCN**

Por: Monique Marvilla Canepa

Orientador

Prof. Dr. Fernando Arduini

Prof. Ms. Marco A. Larosa

Rio de Janeiro

2009

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO
ESCOLAR – UM ENFOQUE NO PCN**

Apresentação de monografia à Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em.Gestão Ambiental..

Por: Monique Marvilla Caneppe

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

RESUMO

O trabalho será realizado a partir de pesquisa bibliográfica mostrando a importância da inclusão da educação ambiental no PCN. O objetivo principal do estudo é verificar a importância da educação ambiental no currículo escolar com enfoque no PCN.

A inclusão do Tema Transversal Meio Ambiente nos PCN foi a maneira encontrada para viabilizar a inserção da temática ambiental no ensino formal.

Considerando o Meio Ambiente como Tema Transversal a ser abordado nas diferentes disciplinas do ensino fundamental tentou-se evitar que a Educação

Ambiental ficasse restrita a uma determinada disciplina, mas sim que esta permeasse o conteúdo de todas as matérias e permitisse uma abordagem ampla da questão ambiental, conforme o próprio documento afirma “é fundamental, na sua abordagem, considerar os aspectos físicos e biológicos e, principalmente, os modos de interação do ser humano com a natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia

A educação para o meio ambiental numa visão holística proporciona uma conectividade centrada na consciência ambiental, sendo a escola um ambiente favorável para se trabalhar conteúdos e metodologias adequadas a esse propósito.

A inserção do meio ambiente nas escolas deve ser feita de forma contínua, deve ser proposta de uma forma que propicie aos alunos e professores, repensarem seu lugar no mundo, e as suas relações com o ambiente e com os outros seres vivos.

ABSTRACT

The work will be accomplished starting from bibliographical research showing the importance of the inclusion of the environmental education in PCN. The main objective of the study is to verify the importance of the environmental education in the school curriculum with focus in PCN.

The inclusion of the Theme Traverse Environment in PCN was the way found to make possible the insert of the environmental theme in the formal teaching.

Considering the Environment as Traverse Theme to be approached in the different disciplines of the fundamental teaching tried to avoid that the Education.

Environmental it was restricted to a certain discipline, but that this permeated the content of all of the matters and it allowed a wide approach of the environmental subject, as the own document affirms is "fundamental, in his/her approach, to consider the physical and biological aspects and, mainly, the manners of the human being's interaction with the nature, through their social relationships, of the work, of the science, of the art and of the technology.

The education for the environmental way in a global vision he/she provides a connection centered in the environmental conscience, being the school a favorable atmosphere to work contents and appropriate methodologies to that purpose.

The insert of the environment in the schools should be made in a continuous way, it should be proposed in a way that propitiates the students and teachers, they rethink his/her place in the world, and their relationships with the atmosphere and with the other alive beings.

METODOLOGIA

A pesquisa em educação encontra-se atualmente em fase de grande evolução, ampliando seu foco de interesse e métodos para além dos estudos tradicionais do tipo levantamento ou experimental, que constituíram suas mais fortes inclinações durante as últimas três ou quatro décadas. Hoje ela se preocupa também em captar a dinâmica do fenômeno educacional e a realidade complexa do dia-a-dia das escolas. Isso exige o auxílio de técnicas de pesquisa qualitativa, até agora pouco exploradas no âmbito da educação.

O trabalho será realizado a partir de pesquisa bibliográfica mostrando a importância da inclusão da educação ambiental no PCN.

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
METODOLOGIA.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I.....	10
1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	10
1.1. O PCN	13
1.2. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PCN	15
1.2.1 MEIO AMBIENTE NOS PCN	20
1.2.2 BLOCOS DE CONTEÚDO - MEIO AMBIENTE - 1ª A 4ª SÉRIE	22
CAPÍTULO 2.....	26
2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ESCOLA.....	26
CONCLUSÃO.....	30
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	31
FOLHA DE AVALIAÇÃO.....	33

INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referências para o trabalho dos professores das diversas disciplinas e áreas do ensino fundamental e médio, tendo, como objetivo, garantir que todas as crianças e jovens brasileiros possam usufruir dos conhecimentos básicos necessários para o exercício da cidadania.

Os PCN têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores (BRASIL, 1997).

Mesmo apontando um conjunto de conteúdos e objetivos para as diversas disciplinas, os Parâmetros Curriculares Nacionais não são uma diretriz obrigatória. Suas propostas devem ser adaptadas à realidade de cada comunidade escolar, servindo como eixo norteador na revisão ou elaboração de propostas curriculares próprias.

O texto dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) reitera que o ensino de educação ambiental deve considerar as esferas global e local, favorecendo tanto a compreensão dos problemas ambientais em termos macros (político, econômico, social, cultural) como em termos regionais.

Desse modo, os conteúdos de educação ambiental se integram ao currículo escolar, a partir de uma relação de transversalidade, de modo a impregnar a prática educativa, exigindo do professor uma readaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que condiz com as resoluções do Conselho Federal de Educação e de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a educação ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina (CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2000).

A Educação Ambiental recebeu, ao longo dos anos, vários conceitos e abordagens. Estas abordagens incluem desde a idéia de que a Educação Ambiental está estritamente ligada ao ensino das ciências ambientais à percepção de que a EA é simplesmente uma nova educação com discurso progressista. Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, em 1977, a Educação

Ambiental foi definida como "uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade" (BRANCO, 2003)

A inserção do meio ambiente nas escolas deve ser feita de forma contínua, deve ser proposta de uma forma que propicie aos alunos e professores, repensarem seu lugar no mundo, e as suas relações com o ambiente e com os outros seres vivos.

A Educação Ambiental, através do seu caráter interdisciplinar, contextualizado, é o caminho apropriado para se difundir e, de fato, aplicar-se um desenvolvimento sustentado associado à realidade do nosso país, sem ser necessário importar modelos de outros países.

Para Tozoni-Reis (2004), a idéia de interdisciplinaridade está sempre presente nas discussões de Educação Ambiental que a torna uma exigência permanente tanto na literatura acadêmica como nos documentos internacionais oficiais ou organizados pelo movimento ambientalista. Dessa forma, encontram-se diferentes enfoques de interdisciplinaridade como princípio metodológico ou como paradigma educativo (MORAES, 2002)

CAPÍTULO I

1. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muito se discute hoje sobre ecologia ou preservação do ambiente, em várias esferas sociais, especialmente nas escolas, percebe-se então que a questão ambiental é um fato social e político, trabalhar esse tema nas escolas constitui-se uma questão de preservação da vida.

Após os anos 60 a degradação ambiental e a queda da qualidade de vida deram origem na sociedade a uma intensa preocupação com a temática ambiental.

Neste período, vários grupos e entidades nacionais e internacionais começaram a se preocupar em desenvolver a Educação Ambiental. Na análise de França (2006) *apud* Bizerril (2008), a finalidade principal era propor condições para a construção de uma conscientização norteada pela educação ambiental, visando uma sociedade sustentável.

A Educação Ambiental recebeu, ao longo dos anos, vários conceitos e abordagens. Segundo Bizerril (2008), na Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre educação ambiental, em 1977, a educação ambiental foi definida como, uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. As discussões sobre a questão levaram à concepção de que a preservação do meio ambiente é tarefa inadiável e deve ser preocupação tanto dos governos quanto da sociedade.

No Brasil, uma das primeiras ações em relação à implantação da educação ambiental nas escolas pode ser observada na Constituição, que estabelece no artigo 225, parágrafo VI: *"Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente"*. (BRASIL, 1997).

Na década de 90, a par de uma reorganização da estrutura da educação brasileira, através da lei 9394/96 que estabeleceu as Diretrizes da Educação Nacional, o Ministério da Educação discutiu com a sociedade e os profissionais de cada área uma nova orientação curricular para o ensino básico, incorporando nela

princípios relevantes para a educação hoje. Os resultados foram sistematizados em documentos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e tiveram como objetivo propor ou sugerir um novo currículo dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática dos docentes.

Nas décadas de oitenta e noventa, passaram a ser criticadas algumas características da Educação Ambiental adquiridas especialmente nos Estados Unidos, Europa, Canadá e Austrália, que eram o forte vínculo com a população infantil e com a educação formal e o enfoque demasiadamente centrado na conservação da natureza. Assim, particularmente na América Latina foi impresso um enfoque mais voltado para a educação de adultos e a educação popular, associando a questão ambiental às problemáticas econômicas e padrões socioculturais específicos. (BRASIL, 1997)

Nos anos noventa, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental passou a ser vista como "a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável".

Esse enfoque gerou o surgimento de termos como "educação para o desenvolvimento sustentável", e outros mais recentes denominados "educação para um futuro sustentável" ou "educação para a sustentabilidade", culminando com a idéia de "Educação para o ambiente e a sustentabilidade", reconhecida em 1997 na Conferência Internacional de Thessaloniki, na Grécia.

Estas abordagens, no entanto, são criticadas por alguns autores que as consideram excessivamente embasadas na idéia de desenvolvimento econômico, refletindo um distanciamento entre o homem e a natureza, e apresentando-se "insuficiente para proporcionar as bases de um sistema ético para o desenvolvimento humano integral". Portanto, alguns consideram que estas propostas ainda estão imersas no paradigma da modernidade, considerado inadequado para um projeto educativo reconstrutivo, ou pós-moderno.

Uma proposta de educação alternativa às ligadas ao conceito do desenvolvimento sustentável, é a de "educação para o desenvolvimento de

sociedades responsáveis", que adota uma ética da responsabilidade e considera como um dos principais aspectos da crise atual a ruptura entre o ser humano e a natureza. Esta proposta relaciona-se de certo modo a conceitos de educação ambiental discutidos na década de 80, que consideravam a educação ambiental antes de tudo um movimento ético, para a partir daí constituir-se em uma renovação conceitual e metodológica dos sistemas de ensino-aprendizagem.

Outros autores ainda chamam a atenção para a diferenciação de educação sobre, no e para o ambiente, considerando esta última opção a mais importante por promover a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais.

A Educação Ambiental vai além da questão conservacionista; é uma opção de vida. Dias (1999, p.28), faz-se necessário conhecer as razões históricas da degradação da natureza:

"O novo mundo ocidental é marcado por uma visão de mundo calcada na crença do método científico como única forma válida de conhecimento; na divisão matéria e espírito; no universo como um sistema mecânico; na vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência e na crença no progresso material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico".

Educação Ambiental é um processo que parte de informações ao desenvolvimento do senso crítico e raciocínio lógico, inserindo o homem no seu real papel de integrante e dependente do meio ambiente, visando uma modificação de valores tanto no que se refere às questões ambientais como sociais, culturais, econômicas, políticas e éticas, o que levaria à melhoria da qualidade de vida que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores e ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto. A Educação Ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas (CASTRO, 2000).

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Educação Ambiental é todo processo cultural que objetive a formação de indivíduos capacitados a coexistir em equilíbrio com o meio. Processos não formais, informais e formais já estão conscientizando muitas pessoas e intervindo positivamente, se não solucionando, despertando para

o problema da degradação crescente do meio ambiente, buscando novos elementos para uma alfabetização (BRANCO, 2003).

O tema Educação Ambiental, atualmente, vem adquirindo força como questão de cidadania local e planetária. Além de fazer parte das preocupações quotidianas de cidadãos comuns, cada vez mais, a questão ambiental tem sido pauta de governos, empresas, movimentos sociais, ONGs, enfim, de uma infinidade de atores sociais que interferem no ambiente.

O Artigo 11 da Lei no 9.795 que trata da política Nacional de Meio Ambiente, estabelece:

"A dimensão ambiental deve constar em todos os níveis de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo Único. Os professores em atividades devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental."

À Universidade cabe, também, a tarefa de oferecer esses cursos de capacitação aos professores.

1.1. O PCN

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – constituem um documento do governo contendo propostas para a renovação da base curricular do ensino fundamental em todo o país.

Desde logo é preciso esclarecer que não se trata de uma simples enumeração de conteúdos. Na verdade, esse documento é mais amplo e traz para a discussão nacional objetivos, conteúdos e critérios de avaliação escolar. Essas propostas são apresentadas em dois conjuntos de livros, um para os ciclos iniciais (1ª a 4ª séries), contendo 10 volumes, e outro para os ciclos finais (5ª a 8ª séries).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram

mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997)

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes. (MEC, 1998)

Entretanto, se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País.

A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos.

Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira.

Durante as décadas de 70 e 80 a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e

evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola.

Indicadores fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação e do Desporto, reafirmam a necessidade de revisão do projeto educacional do País, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem.

1.2. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PCN

O processo de elaboração dos PCN começou em 1995, sendo que no fim daquele ano já havia a versão preliminar, que foi apresentada a diferentes instituições e especialistas. Em resposta, o MEC recebeu cerca de 700 pareceres, que foram catalogados por áreas temáticas e embasaram a revisão do texto. Para completar, Delegacias do MEC promoveram reuniões com suas equipes técnicas, o Conselho Federal de Educação organizou debates regionais e algumas universidades se mobilizaram. (MARQUES, 1999)

Tudo isso subsidiou a produção da versão final dos PCN para 1ª a 4ª série, que foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1997. Os PCNs foram transformados num conjunto de dez livros, cujo lançamento ocorreu em 15 de outubro de 1997, Dia do Professor, em Brasília. Depois, professores de todo país passaram a recebê-los em casa. Enquanto isso, o MEC iniciou a elaboração dos PCN para 5ª a 8ª série.

Os PCN são apresentados não como um currículo, e sim como subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular. Sua grande novidade está nos Temas Transversais, que incluem o Meio Ambiente. Ou seja, os PCN trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a base nacional, e mais cinco temas transversais que permeiam todas as disciplinas, para ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania.

Por trás dos PCN, existe a Constituição Federal de 1988, que impõe que a Educação é um direito de todos, visando "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." A Constituição também diz que Educação é dever comum da União, Estados e

Municípios. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases criou, para o ensino fundamental e médio, um núcleo comum obrigatório no âmbito nacional, que inclui o estudo de língua portuguesa, matemática, do mundo físico, da realidade política e social, da arte e educação física.

Dentro desta proposta nacional comum, cada estado, município ou escola pode propor seu próprio currículo, contemplando "as peculiaridades locais e a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos".

Segundo a professora Neide Nogueira, coordenadora geral dos PCN, os parâmetros são um importante material de consulta e de discussão entre professores, que podem participar do desafio de buscar a melhoria do ensino, reformulando a proposta curricular. (BRASIL, 1997)

Os PCN também servem como um material de apoio para a formação continuada dos docentes. Neste sentido, a professora sugere que, nos lugares onde haja professores que possam se reunir sejam formados grupos para debater as propostas e orientações dos PCN.

Isto ajudaria, por exemplo, a rever objetivos, conteúdos e formas de encaminhamento de atividades; refletir sobre a prática pedagógica; preparar o planejamento, e as discussões com os pais e responsáveis. Assim, apesar de não serem livros didáticos para uso direto em sala de aula, os PCN ajudariam o/a professor/a a trabalhar com seus alunos.

Os dez volumes dos PCN trazem a seguinte divisão: o primeiro, de Introdução, explica as opções feitas e o por quê dos Temas Transversais. Do segundo ao sétimo, abordam-se as áreas de conhecimento obrigatórias no ensino fundamentais: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Os três últimos tratam dos cinco Temas Transversais: Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Existe a tendência dos PCN estimularem a produção dos livros didáticos, por parte das editoras de todo o país. Um/a professor/a, escola, ou grupo de escolas pode/m, igualmente, utilizar as sugestões contidas nos PCN para elaborar materiais didáticos para uso em sala de aula.

Enquanto a interdisciplinaridade busca integrar as diferentes disciplinas através da abordagem de temas comuns em todas elas, os temas transversais permeiam todas as áreas para ajudar a escola a cumprir seu papel maior de educar os alunos para a cidadania. Isto quer dizer que a adoção dos temas transversais pode influir em todos momentos escolares: desde a definição de objetivos e conteúdos até nas orientações didáticas. (BERNA, 2004)

Com eles, pretende-se que os alunos cheguem a correlacionar diferentes situações da vida real e a adotar a posturas mais críticas. Como os temas transversais lidam com valores e atitudes, a avaliação deve merecer um cuidado especial, não podendo ser como nas disciplinas tradicionais.

Todos temas transversais têm estas características: são temas de abrangência nacional, podem ser compreendidas por crianças na faixa etária propostas, permitem que os alunos desenvolvam a capacidade de se posicionarem perante questões que interferem na vida coletiva e podem ser adaptados à realidade das regiões. Neste ponto, eis um exemplo do próprio livro dos PCN: "um problema ambiental ganha tratamento e características diferentes nos campos de seringa no interior da Amazônia e na periferia de uma grande cidade."

Não se pode deixar de levar em conta que, na atual realidade brasileira, a profunda estratificação social e a injusta distribuição de renda têm funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais.

Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva de modo a que esses entraves diminuam cada vez mais. É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social. (BRASIL, 2001)

Para isso faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para

a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social.

O domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica, as condições de fruição da arte e das mensagens estéticas, domínios de saber tradicionalmente presentes nas diferentes concepções do papel da educação no mundo democrático, até outras tantas exigências que se impõem no mundo contemporâneo.

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito.

Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração.

Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política.

Desde a construção dos primeiros computadores, na metade deste século, novas relações entre conhecimento e trabalho começaram a ser delineadas. Um de seus efeitos é a exigência de um reequacionamento do papel da educação no mundo contemporâneo, que coloca para a escola um horizonte mais amplo e

diversificado do que aquele que, até poucas décadas atrás, orientava a concepção e construção dos projetos educacionais.(CASTRO, 2000)

Não basta visar à capacitação dos estudantes para futuras habilitações em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos.

Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidade de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”. Isso coloca novas demandas para a escola.

A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente.

Para tanto, é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas: a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados.

1.2.1 MEIO AMBIENTE NOS PCN

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e históricos-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas. (MININNI, 1997)

Cada professor, dentro da especificidade de sua área deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente.

Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre esses e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la.

A questão ambiental permeia inclusive as decisões políticas e econômicas, mas tradicionalmente o tema "Meio Ambiente" tem sido trabalhado nas escolas, dentro de Ciências e/ou Geografia, não como algo do cotidiano de cada um. Eventualmente também inspira trabalhos escolares em outras disciplinas, por exemplo, em um texto de português.

Como Tema Transversal nos PCN, a função seria de promover "uma visão ampla que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental."

O capítulo "Meio Ambiente" dos Parâmetros, de quase 70 páginas, aborda a crise ambiental que o mundo vive, oferece definições para o uso dos professores (como proteção X preservação, conservação, recuperação e degradação, ou elementos naturais e construídos), para então propor conteúdos de Meio Ambiente aos 1º e o 2º Ciclos, critérios de avaliação e orientações didáticas, que incluem vários blocos de conteúdos adequados às faixas etárias. (MORAES, 2002)

Na forma proposta, estes conteúdos de Meio Ambiente ajudariam os alunos a construir "uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria". Eles aprenderiam "a reconhecer fatores que produzem o real bem estar,

desenvolver um espírito de crítica às induções do consumismo e um senso de responsabilidade de solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas da comunidade".

Um alerta, que está no livro dos PCN: não basta o que se propõe em sala de aula, o convívio social da criança, é determinante para o aprendizado de valores e atitudes (por exemplo, o que fazer com lixo).

De onde se retirava uma árvore, agora retiram-se centenas. Onde moravam algumas famílias, consumindo água e produzindo poucos detritos, agora moram milhões de famílias, exigindo imensos mananciais e gerando milhares de toneladas de lixo por dia. Sistemas inteiros de vida vegetal e animal são tirados de seu equilíbrio. A riqueza, gerada em um modelo econômico que propicia a concentração da renda, não impede o crescimento da miséria e da fome. Algumas das conseqüências deste modelo são o esgotamento do solo, a contaminação da água, o envenenamento do ar e a crescente violência e miséria nos centros urbanos" (Parâmetros Curriculares Nacionais v.9, 1998, p.20).

Os PCN indicam diretrizes para o professor trabalhar este tema transversal. Por exemplo, devem-se selecionar as prioridades e conteúdos levando em conta o contexto social, econômico e cultural no qual se insere a escola (é diferente atuar numa escola de cidade, de zona rural, ou de região super-poluída). Também elementos da cultura local, sua história e costumes determinam diferenças no trabalho com este tema, em cada escola.

Outra diretriz serve como mais um alerta: em geral ao falar de meio ambiente, a tendência é pensar em problemas como poluição. Só que, "as pessoas protegem aquilo que amam e valorizam".

Ou seja, "para compreender a gravidade dos problemas e vir a desenvolver valores e atitudes de respeito ao ambiente, deve-se despertar a criança para as qualidades do ambiente que se quer defender". Isto exige a promoção de atividades onde ela perceba "o quanto a natureza é interessante e pródiga, e que todos dependem da manutenção das condições que permitam a vida, em sua grandiosidade."

Assim, criam-se as condições de cumprir o grande objetivo de atuar no campo do conhecimento, mas também desenvolver a capacidade afetiva, a relação interpessoal, social, ética e estética da criança.

1.2.2 BLOCOS DE CONTEÚDO - MEIO AMBIENTE - 1ª A 4ª SÉRIE

Se a escola pretende formar indivíduos para o exercício da cidadania, ela não pode ignorar a realidade social. Sendo assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporaram ao processo educativo a discussão de questões sociais relevantes e presentes na vida cotidiana do país. (TRAVASSOS, 2004)

Ciclos da Natureza: aí se incluem, por exemplo, os ciclos da água e da matéria orgânica (e importância para o saneamento); as cadeias alimentares, observando relações entre elementos de um mesmo sistema; além dos elementos que evidenciam ciclos e fluxos da natureza no espaço e no tempo.

Sociedade e Meio Ambiente: onde entra, por exemplo, a diversidade cultural e ambiental; os limites da ação humana em relação ao ambiente e a observação das características do ambiente paisagem da região em que se vive.

Manejo e conservação ambiental: sempre frisando a importância de observar problemas locais e de passar noções sobre soluções possíveis, este bloco inclui questões relacionadas à água (da captação ao uso), ao saneamento (esgoto e lixo: da coleta e tipos de tratamento à reciclagem), bem como as questões relacionadas à poluição do ar, da água, do solo e sonora.

Mais três pontos deste bloco são procedimentos a adotar com plantas e animais; formas de preservação e reabilitação ambiental, e práticas que evitam desperdícios no uso cotidiano de recursos como água, energia e alimentos.

Esses conteúdos servem como sugestão, podendo a escola optar por outros considerando os problemas ambientais mais próximos, como os da própria escola e os da comunidade.

Essas questões receberam o nome de Temas Transversais. Por serem questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas

convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano.

São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal.

São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.

Nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamentos a respeito dos Temas Transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam nos conteúdos, no que elegem como critério de avaliação, na metodologia de trabalho que adotam, nas situações didáticas que propõem aos alunos. (PNUMA, 2003)

Por outro lado, sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento.

Por exemplo, ainda que a programação desenvolvida não se refira diretamente à questão ambiental e que a escola não tenha nenhum trabalho nesse sentido, a Literatura, a Geografia, a História e as Ciências Naturais sempre veiculam alguma concepção de ambiente, valorizam ou desvalorizam determinadas idéias e ações, explicitam ou não determinadas questões, tratam determinados conteúdos; e, nesse sentido, efetivam uma "certa" Educação Ambiental.

A questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros. (TRAVASSOS, 2004)

Considerando esses fatos, experiências pedagógicas brasileiras e internacionais de trabalho com Educação Ambiental têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas.

Diante disso, optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar.

As áreas convencionais devem acolher as questões dos Temas Transversais de forma que seus conteúdos as explicitem e que seus objetivos sejam contemplados.

Por exemplo, a área de Ciências Naturais inclui comparações entre um município que faz seleção do lixo, separando já nas próprias residências vidros, plásticos e papel e outro município que não o faz e nem sequer tem um aterro sanitário, depositando seu lixo nos famosos "lixões".

Assim, não se trata de que os professores das diferentes áreas devam "parar" sua programação para trabalhar os temas, mas sim de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdos de sua área, articulando a finalidade do estudo escolar com as questões sociais, possibilitando aos alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extra-escolar.

Não se trata, portanto, de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer aos conteúdos e à metodologia da área a perspectiva dos temas.

É importante salientar que os temas formam um conjunto articulado, o que faz com que haja objetivos e conteúdos coincidentes ou muito próximos entre eles. Por exemplo, a discussão sobre o consumo traz objetivos e conteúdos fundamentais à questão ambiental, à saúde e à ética.

Os valores e princípios que os orientam são os mesmos (os da cidadania e da ética democrática) e as atitudes a serem desenvolvidas nos diferentes momentos e espaços escolares, ainda que possam ser concretizadas em atividades diferentes, são também fundamentalmente as mesmas, fazendo com que o trabalho dos diferentes educadores seja complementar.

A integração, a extensão e a profundidade do trabalho podem se dar em diferentes níveis, segundo o domínio do tema e ou a prioridade que se eleja nas diferentes realidades locais. Isso se efetiva através da organização didática eleita pela escola.

Compete aos professores selecionar os conteúdos das áreas de sua atuação em torno de temáticas escolhidas, de forma que as diversas áreas não representem assuntos isolados mas que abordem a temática referente ao exercício da cidadania.

CAPÍTULO 2

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A ESCOLA

Nenhum ser vivo ou grupo de seres vivos consegue existir em isolamento.

Todos os organismos, plantas ou animais, precisam de energia ou matéria do meio ambiente para sobreviver, e devido a isso a vida de cada uma afeta os demais. Desta forma, preservar o meio ambiente é algo imprescindível.

Organizações não governamentais empenham-se ao máximo para despertar a consciência ecológica no maior número possível de pessoas. A mídia, de certa forma, tem se empenhado para diminuir ao mínimo as variadas formas de agressão à natureza.

Muito se discute hoje sobre ecologia ou preservação do ambiente, em várias esferas sociais, especialmente nas escolas, percebe-se então que a questão ambiental é um fato social e político, trabalhar esse tema nas escolas constitui-se uma questão de preservação da vida.

Dentre os diversos segmentos da sociedade civil considerados estratégicos para a disseminação das idéias que permitirão fundamentar o desenvolvimento em moldes sustentáveis e baseado no respeito aos princípios ambientais, são particularmente importantes como agentes multiplicadores, as crianças e os jovens, tendo como veículo tanto o processo escolar formal, como as ações da vida comunitária e outras formas de organização da sociedade civil. (MININNI, 1996)

A escola desta forma deverá ampliar os conhecimentos dos discentes, trabalhando a consciência crítica como meio de transformação social, pois alunos conscientes são cidadãos que se relacionarão com a natureza de forma harmoniosa.

O papel dos professores como orientadores desse processo é de fundamental importância. Como esse campo temático é relativamente novo no ambiente escolar, os professores podem priorizar sua própria formação/informação à medida que as necessidades se configurem. (MED, 1997)

A mudança para uma relação mais harmônica e menos predatória e poluidora com o planeta e as outras espécies depende de todos, mas especialmente, começa em cada um de nós, individualmente, através de dois movimentos distintos: um para dentro de nós mesmo e de nossa família, com

adoção de novos hábitos, comportamentos, atitudes e valores; e outro para a sociedade em torno de nós, buscando a união com outros cidadãos para influir em políticas pública e empresariais, que levem em conta o planeta, a qualidade de vida, a justiça social.

Cabe então à escola desempenhar seu papel da melhor forma possível. Apesar de toda a dificuldade que ela possa encontrar, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, científicos, éticos e curriculares, é necessário que sejam tomadas medidas eficazes no controle e conscientização ecológica. Essa demanda formada por crianças e jovens é madura o suficiente não para ser convencida a tomar certas atitudes, mas sim para ser conscientizada a respeito do seu papel como sujeito ativo no desenvolvimento e proteção de seu habitat natural.

O ensino sobre o meio ambiente contribui para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora e promovendo mudança de comportamentos.

A educação ambiental é fundamentalmente uma pedagogia de ação. Não basta se tornar mais consciente dos problemas ambientais sem se tornar também mais ativos, crítico e participativo. (BRASIL, 1997)

A idéia de incluir temas relacionados ao meio ambiente e à educação ambiental já existe, o que ocorre é que temos privilegiado o ambiente natural e detrimento ao ambiente social. Este, responsável pelas ações humanas que prejudicam o ambiente natural. A idéia é que se pense em preservar o homem antes de se pensar em preservar o meio natural.

As escolas devem incluir no projeto pedagógico um estudo sobre educação ambiental, cujo principal objetivo seja proporcionar autoconhecimento, socialização e conhecimento. E que tudo isso leve a um conhecimento ambiental, despertando uma consciência capaz de modificar comportamentos.

Pesquisar sozinho ou junto com os alunos, aprofundar seu conhecimento com relação à temática ambiental será necessário aos professores, por pelo menos três motivos, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (GUIMARÃES, 1995):

- para manter o tema meio ambiente disponível ao abordar assuntos gerais ou específicos de cada disciplina, vendo-os não só de modo analítico tradicional, parte por parte, mas nas inter-relações com outras áreas, compondo o todo mais amplo;
- para ter mais facilidade em observar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- para obter novas informações sobre a dimensão local do ambiente, já que há transformações constantes seja qual for a dimensão ou amplitude. Isso pode ser de extrema valia, se, associado a informações de outras localidades, puder compor informações mais globais sobre a região."

Propõe-se nos PCNs que a escola deve explorar a realidade na qual a comunidade está inserida tendo em vista a contextualização e relevância do ensino.

Os conteúdos de ensino devem diferir para alunos de uma região metropolitana e de uma zona rural. Adequando-se os conteúdos ao dia-dia do aluno, este perceberá mais facilmente como os problemas ambientais afetam a qualidade de vida local e global.

Agir localmente e pensar globalmente deve ser o lema norteador de um projeto de educação para uma vida ecologicamente equilibrada.

A análise das discussões dos PCNs sobre a educação ambiental mostra a visão neles presente de que a educação ambiental está longe de ser considerada uma atividade tranqüilamente aceita e desenvolvida, já que ela implica mobilização por melhorias profundas do ambiente e a escola tende a estar muito mais preocupada em preparar o aluno para viver na sociedade atual, industrializada e capitalista, do que formar um agente transformador e equilibrado com o meio em que vive.

Desta maneira, entre os temas transversais trabalhados pelas escolas normalmente a violência, a inclusão e a desigualdade social ganham enorme destaque, enquanto a discussão sobre o meio ambiente, é por muitas vezes considerada irrelevante.

Ressalta-se na proposta dos PCNs a necessidade dos professores desenvolverem nos alunos posturas críticas diante dos meios de comunicação que por sua vez se constituem em uma importante fonte de informação sobre questões sobre meio ambiente e que podem freqüentemente veicular idéias de desenvolvimento do país que entram em conflito com o respeito ao meio ambiente.

Discute-se também na proposta a necessidade da escola ajudar o aluno a desenvolver uma consciência global em relação às questões do meio ambiente para que possa assumir posições coerentes com a proteção e melhoria.

Essa consciência global deve considerar a importância da aquisição de informações sobre o meio ambiente por parte da escola e professores e a construção nos alunos da visão de que o processo de produção de conhecimento na área é contínuo.

Reveste-se de importância na proposta dos PCNs também a questão da aprendizagem de procedimentos representados pelo desenvolvimento de capacidades relativas à participação, co-responsabilidade e solidariedade através do desenvolvimento de ações como, por exemplo, evitar desperdícios e cuidar do lixo na escola.

É fundamental, na visão da proposta dos PCNs, que os professores se perguntem qual a concepção de relação ser humano-natureza que estão ajudando seus alunos a construir. São estes os princípios norteadores da problematização a ser feita pelas diferentes áreas de modo que se torne mais visível e concreta a questão ambiental.

É também apontado na proposta dos PCNs que na educação ambiental há necessidade das questões serem trabalhadas na escola de forma contínua, sistemática, abrangente e integradas, ou seja, interdisciplinarmente.

CONCLUSÃO

A questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e de modelos de produção de bens, para suprir as necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar.

Apesar de enfatizar a importância de uma abordagem em que sejam relacionados os problemas sociais com os ambientais e destacar a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discuta algumas visões polêmicas sobre esta temática.

O avanço que é a inclusão da temática ambiental como Tema Transversal, levar para a prática o que é proposto nos PCN/Temas Transversais é uma tarefa difícil, principalmente em escolas que não são capacitadas nem instrumentalizadas para tal. Os PCN não apresentam respostas concretas para a seguinte questão: como conseguir o desenvolvimento de um trabalho dentro destas especificações em locais sem estrutura? Também nos aponta outros problemas para a efetivação de uma Educação Ambiental conforme é estipulado nos PCN: o deficiente desenvolvimento de materiais pedagógicos na área, a burocracia escolar que dificulta a transversalidade, a presença de uma mídia descompromissada que, muitas vezes, atrapalha fornecendo informações confusas, além da falta de professores com formação para este tipo de trabalho.

O grande mérito da escolha do Meio Ambiente como Tema Transversal nos PCN está na possibilidade de que com este tipo de abordagem se consiga chamar a atenção dos profissionais de Educação para a temática, levando-os a se auto-avaliarem e questionarem suas posições, os esforços para sua elaboração (dos conteúdos do tema transversal Meio Ambiente) já terão valido a pena

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BERNA, V. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2004.
- BIZERRIL, M.X. **A educação ambiental: enfoques e dificuldades**. Campinas: Papyrus 2008,
- BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Instituto do Estudo da Religião. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: pesquisa nacional de opinião**. Brasília: Ministério do Meio, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde** (vol. 9). Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria da Educação Fundamental, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução** (vol.1). Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria da Educação Fundamental, 1997.
- CASTRO, R. S.; SPAZZIANI; M. L.; SANTOS, E. P. Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIAS, G.F. **Elementos para a Capacitação em Educação Ambiental**. Ilhéus: Editus, 1999.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 1995.
- KINDEL E. A. I. *et al* **Educação Ambiental: vários olhares e várias práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- LEFF, E. **Saber ambiental I: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental** ., São Paulo: Ed. Cortez, 2002.
- MARQUES, M. B. **Em busca de um fórum para a bioética na política pública do Brasil** . Cadernos de Saúde Pública, 1999.
- MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, 1998.

MININNI, N.M. **A educação ambiental para o século XXI**. Brasília: IBAMA 1996.

MININNI, N.M. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, S. M. e TABANEZ, M.F. Educação **Ambiental caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Ipê, 1997.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília, 1997

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.**, São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

PNUMA - Programa de las Naciones Unidas Para el Medio Ambiente (2003) **La ONU y la acción empresarial** . Nairobi: United Nations Environment Programme.

A Implantação da Educação Ambiental no Brasil", de Silvia Czapski, publicado em 1977 pelo MEC, em convênio com a Unesco,

TRAVASSOS, E. G. **A prática da educação ambiental nas escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome da Instituição: Universidade Candido Mendes

Título da Monografia: A Importância da Educação Ambiental no currículo escolar – Um enfoque no PCN

Autor: Monique Marvilla Canepa

Data da entrega:

Avaliado por:

Conceito: